

Desafios da intergeracionalidade em tempos de pandemia: conflitos, cooperação e (re)construção de sociabilidades

Resumo

Este artigo objetivou compreender as relações intergeracionais durante o distanciamento social. Foi adotada a abordagem qualitativa em consonância com as pesquisas bibliográfica e de campo, através da aplicação de entrevistas semiestruturadas e da história oral. A pesquisa foi desenvolvida a partir da vivência de quatro idosas. Os resultados apontam que essas relações apresentam tensões que possibilitam tanto rupturas de vínculos como cuidado e reconstrução de sociabilidades. Por fim, o suporte exclusivo familiar revela a insuficiência de políticas públicas que garantam o apoio às famílias nessa função, requerendo que o Estado efetive o direito ao cuidado das múltiplas velhices.

Palavras-chave: relações intergeracionais; cuidado; COVID-19.

Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira

Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Assistente social no Ministério Público do Estado da Bahia.

Brasil

ingridrochelle@yahoo.com.br
orcid.org/0000-0002-3800-6059
lattes.cnpq.br/4904851552921269

Silvio Rodrigo Alves Ferreira

Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará - UFC. Assistente Social no Centro de Referência LGBT Janaína Dutra.

Brasil

rodrigoalvess@live.com
orcid.org/0000-0002-0989-2151
lattes.cnpq.br/3046471910254358

Kelly Maria Gomes Menezes

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professora da UFC.

Brasil

kelly.menezes@ufc.br
orcid.org/0000-0001-6400-0649
lattes.cnpq.br/5768872699906558

Para citar este artigo:

NOGUEIRA, Ingrid Rochelle Rêgo; FERREIRA, Silvio Rodrigo Alves; MENEZES, Kelly Maria Gomes. Desafios da intergeracionalidade em tempos de pandemia: conflitos, cooperação e (re)construção de sociabilidades. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, e0110, 2023.

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0110>

Challenges of intergenerationality in times of pandemic: conflicts, cooperation and (re) building sociability

Abstract

This article aimed to understand intergenerational relationships during social distancing. A qualitative approach was adopted in line with bibliographic and field research, through the application of semi-structured interviews and oral history. The research was developed from the experience of four elderly women. The results point out that these relationships present tensions that allow both ruptures of ties and care and reconstruction of sociability. Finally, exclusive family support reveals the insufficiency of public policies that guarantee support to families in this function, requiring the State to implement the right to care for multiple old ages.

Keywords: intergenerational relations; caution; COVID-19.

1 Introdução

A população brasileira vem envelhecendo de modo acelerado, configurando-se como um fenômeno importante para ser debatido e investigado. As pessoas passaram a viver mais e, assim, surgem novas demandas que precisam ser contextualizadas e observadas sob o olhar da pluralidade em que a velhice hoje é localizada.

Nesse sentido, para entrelaçar os modos de viver e envelhecer em um contexto pandêmico que vive o mundo, faz-se necessário problematizar como esses atores deslocam o seu cotidiano, como as relações familiares conseguem atuar frente ao desafio posto pelo novo vírus – COVID-19 – e como se desenha o envelhecimento em meio ao cuidado compartilhado.

Segundo o Ministério da Saúde, a COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico alternando de infecções assintomáticas a grupos graves. A Organização Mundial da Saúde (OMS) diz que a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (pessoas que sentem poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requerem atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais cerca de 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) aponta que o Brasil, em 2020, ultrapassou a marca de 100 mil mortes por COVID-19, na qual foi identificado que 75% das vítimas eram idosos e que o cenário não apresentava sinais de esmagamento da doença, fazendo-se ainda necessário pensar em ações de prevenção para todos (BRASIL, 2020). Segundo o Ministério da Saúde, o Brasil registra, em 2023, 37.204.677 casos confirmados de Covid-19. As informações foram atualizadas por meio de dados enviados ao Ministério da Saúde pelas secretarias de saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal. Em relação aos óbitos, o país tem mais de 700 mil mortes por coronavírus (BRASIL, 2023).

Nascimento (2020) nos comunica, que no Ceará, o Jornal Diário do Nordeste publicou que em julho de 2020, os velhos(as) eram a imensa maioria das vítimas silenciadas pela doença. No estado, até junho, a proporção era que a cada 10 óbitos pela

doença, sete foram de pessoas com 60 anos ou mais. De março a junho, 6.180 pessoas perderam a vida no Estado devido à COVID-19; destes, 4.578 eram velhos(as) (NASCIMENTO, 2020). Para além dos lutos individuais, a perda concentrada (e quase simultânea) de milhares de pessoas mais velhas traz grandes efeitos sociais: fragiliza ainda mais o contato das demais gerações com a velhice e enfraquece as memórias da história social de cada território.

Tendo como norte o contexto apresentado, em que velhos e velhas tornam-se pessoas centrais no debate da afetação do novo vírus, pensando nas possibilidades de cuidados, sociabilidades e relações intergeracionais, os objetivos elencados para esta pesquisa foram: compreender as relações intergeracionais durante o processo de distanciamento social em decorrência da Pandemia de COVID-19, com a pretensão de: identificar a situação domiciliar/familiar dos(as) velhos(as) durante o período de isolamento social, analisando sua convivência com as demais gerações; desvelar as relações de conflito e cooperação intergeracionais durante a pandemia de COVID-19; e analisar a (re)construção de sociabilidades no período de distanciamento social em virtude do contexto pandêmico.

Partindo desse contexto, podemos dizer que a intergeracionalidade é traduzida como interações entre pessoas de diferentes idades, baseadas nas experiências do vivido, nas trocas de histórias de vida e, sobretudo, na troca de conhecimento. Tendo o cenário pandêmico como um momento de afastamento social e de diminuição das interações sociais, estabelecidas pelo risco de contaminação da Covid-19, compreendemos que tais transformações afetaram diretamente as relações sociais vivenciadas pelos velhos(as).

Diante dessa premissa, o presente artigo consiste em uma revisão que busca elucidar ações intergeracionais, que durante a pandemia passaram a regular, construir e viver novas formas de cuidado e suporte social, trazendo à tona reflexões necessárias que evidenciam o cotidiano de velhos e velhas, diante da incipiência e urgência desse debate.

Nesse sentido, este artigo encontra-se estruturado em dois pontos importantes para a reflexão sobre cooperação entre gerações no contexto de pandemia, que elucidam questões sobre cuidados, suporte social, renda, relações intergeracionais e conflitos.

2 Caminho metodológico

A metodologia é a parte em que é feita uma exposição detalhada do objeto a ser estudado. Segundo Minayo (2007), entende-se por metodologia o caminho que aborda a realidade entre o cruzamento do pensamento com a prática exercida, ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem, com os instrumentos que possibilitam operacionalizar o conhecimento e a criatividade do pesquisador.

Para materializar este artigo e para promover uma maior aproximação do objeto delimitado, buscou-se uma maior interação do fenômeno a ser estudado através de pesquisas bibliográfica e documental. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é efetivada através de estudos já consolidados, constituídos de outras leituras e interpretações encontradas em artigos e livros científicos. Ainda de acordo com Gil, a pesquisa documental:

Assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45)

Para coletar as informações, utilizou-se a entrevista que, segundo Minayo (2007), é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, que tem uma finalidade e que é realizada por iniciativa do entrevistador. Ela objetiva construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa. As entrevistas foram gravadas – com a devida autorização dos interlocutores – e posteriormente transcritas, sendo sua interpretação e análise trabalhadas conforme o objeto de pesquisa.

O roteiro de entrevista foi pensado de acordo com o que se pretendia pesquisar, por meio de perguntas estratégicas que pudessem facilitar a compreensão dos interlocutores com o sentido da pesquisa, que pudessem dar conta das relações intergeracionais vividas pelos sujeitos.

O primeiro contato com os interlocutores se deu pela aproximação de um dos pesquisadores que já conhecia um “grupo de velhos(as)” e tinha aproximação e contato com uma família, em que uma velha era integrante do grupo, com a qual foi realizada a primeira entrevista. Diante do contexto de Pandemia de COVID-19, pela dificuldade de encontro presencial ou visita domiciliar à casa dos interlocutores, as entrevistas foram feitas por vídeo-chamada utilizando o aplicativo *WhatsApp*. Ressalta-se que foram realizadas seis entrevistas no total, tendo como protagonistas dois velhos e duas velhas, como também foram entrevistados dois familiares dos velhos(as), a fim de garantir o objetivo proposto para esta pesquisa.

Neste sentido, considerando que as informações prestadas através das falas dos velhos(as) e familiares seriam publicizadas, lançou-se mão da utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), através do qual os(as) entrevistados(as) concordaram com as condições da pesquisa.

A pesquisa foi realizada com a contribuição de quatro famílias e foram adotados codinomes para os(as) velhos(as) entrevistados(as) com o objetivo de garantir o anonimato e sigilo dos dados. Assim, optou-se pela utilização da flora da Caatinga nordestina como referência, representando a resistência e resiliência diante das adversidades, ainda mais simbólicas no contexto atual de pandemia, elencadas como: Carnaúba, Bromélia, Caroá e Cacto, cujas breves apresentações foram feitas a seguir¹:

Carnaúba (M. P. O.) tem 79 anos, é viúva, mora sozinha, tem como escolaridade o ensino fundamental incompleto, é pensionista e a única responsável pelas finanças de sua residência. Afirma ter bom relacionamento com sua família.

Bromélia (E. V. C. G) tem 83 anos, é casada, tem como escolaridade o ensino médio completo, é aposentada, reside com o esposo e um filho. Atualmente, não exerce

¹ Informações fornecidas durante entrevista realizadas na cidade de Fortaleza, em agosto de 2020.

atividade remunerada; aponta o esposo como pessoa de referência da sua residência e divide as responsabilidades com as despesas domésticas com os demais membros da família. Afirma ter ótima relação com o esposo e o filho e que a pandemia não alterou as relações com os outros familiares, que se mantêm “distantes, mas sempre em comunicação pelo telefone e pelas redes sociais”.

Caroá (F. M. S. G) tem 80 anos, é casado, aposentado e possui duas graduações, quais sejam Direito e Letras. Em relação à participação econômica na residência, informa ser o maior responsável, assumindo cerca de 60% (sessenta por cento) do orçamento doméstico. Reside com a esposa e a filha, com as quais afirma ter excelente relacionamento.

Cacto (F. A. C. P.) de 75 anos, é viúvo, tem o ensino fundamental incompleto e mora com a filha, com quem relata ter boa relação. Apresenta-se como o único responsável pelo orçamento doméstico e afirma que no início da pandemia a relação com a família estava mais difícil devido a cobranças com limpeza e higiene, porém agora percebe melhoria nesse aspecto.

Para a análise de dados foi adotada a história oral, método indicado para captar as diversas maneiras como cada um desses indivíduos apreenderam e interpretaram os acontecimentos, compreendendo que a realidade é uma construção social (ALBERTI, 1990). Assim, a partir desses elementos, buscou-se interpretar e compreender a realidade dos(as) velhos(as) e de suas relações com outras gerações durante o período de distanciamento social.

3 Resultados

A partir do entendimento das múltiplas relações sociais que permeiam a intergeracionalidade, a proposta deste tópico anuncia os desafios encontrados no tocante à renda, suporte social, cuidado, conflito e pandemia de Covid-19, numa perspectiva de compreensão do vivido de duas idosas e dois idosos, fomentando o debate de uma construção intergeracional de possibilidades.

3.1 Cooperação entre gerações em contexto de pandemia: cuidados, suporte social e renda

As relações entre as gerações são processuais, dinâmicas e, por vezes, contraditórias. Destarte, se a pandemia intensificou e revelou com maior nitidez os conflitos intergeracionais, também é verdade que a cooperação e a solidariedade entre as gerações em contexto pandêmico se constituíram como uma realidade. Para tanto, faz-se necessário avançarmos no que concerne a categoria intergeracionalidade. Assim sendo, reitera Nogueira e Batista (2022) que:

A intergeracionalidade se apresenta como um importante elemento contribuinte para a garantia de direitos de pessoas de todas as idades, prevenção ao idadismo e violência, bem como para a construção de uma sociedade justa e digna para todos/as. (NOGUEIRA; BATISTA, 2022, p. 8)

Ainda de acordo com as autoras supracitadas, a intergeracionalidade consiste na troca de saberes, experiências e vivências entre as gerações e está presente em todo o curso de vida, na vida familiar, comunitária e social. Ferrigno (2013) aponta que as relações entre as gerações estão presentes na família, na escola, no trabalho, na religião, no voluntariado e na cultura popular, salientando que as atividades lúdicas, tais como lazer, cultura e atividades de educação não formal podem se configurar como ferramentas para a socialização intergeracional.

Nesse sentido, todos(as) os(as) velhos(as) entrevistados(as) neste escrito apontaram que seus familiares, especialmente filhos(as), apresentaram preocupação e tomaram medidas para evitar sua exposição à possível contaminação pela COVID-19, tais como assumindo responsabilidades de limpeza doméstica, compras de alimentação e medicamentos, oferta de orientações sobre prevenção e companhia. Além disso, todos(as) informaram que em caso de necessidade de cuidados, teriam com quem contar, apontando os(as) filhos(as) como disponíveis para o exercício dessa função.

Concernente a essa questão, as falas dos(as) protagonistas denunciam ausência de referências à efetivação de políticas públicas, visto que durante a pandemia observou-se pouco incentivo de ações governamentais que garantissem a atuação das políticas públicas de saúde e de assistência social no tocante ao suporte e cuidado para os(as) velhos(as) e seus(suas) cuidadores(as) no enfrentamento da pandemia.

Sobre isso, Carnaúba afirma: “aqui todo mundo ia [ao supermercado], fazia uma notinha do que precisa” (CARNAÚBA, 2020, informação verbal).

Minha filha é direto, é banhando de álcool dos pés à cabeça [...] todo dia vinha uma [filha] aí trocava. Não posso nem ouvir o barulho da televisão, [quando alguém liga eu digo] fecha, fecha, porque ainda tá continuando matando gente. (CARNAÚBA, 2020, informação verbal)

Para Cardoso (2014), a solidariedade intergeracional consiste em um sistema de cooperação e apoio recíproco entre diferentes gerações, contribuindo para uma sociedade que valorize todas as idades. De acordo com a autora, devido ao envelhecimento populacional, há muitos questionamentos acerca da capacidade das famílias cuidarem dos velhos frágeis, pois, como se vive, mais há maior possibilidade de convívio intergeracional. Portanto, é fundamental não idealizar a intergeracionalidade, visto que existir reciprocidade e cooperação não elimina a existência de conflitos comuns à sociabilidade humana, coexistindo muitas vezes cooperação e conflito de forma simultânea nessas relações.

Seja no que se refere ao suporte social, de cuidados, renda, socialização, dentre outros aspectos, a pandemia de COVID-19 aponta para a necessidade de coeducação e cooperação entre as gerações ao longo do curso de vida. Acerca de tais aspectos, tende-se a conceber que os velhos(as) são apenas receptores, entretanto, dados demonstram que é crescente a expressão da velhice como fonte dos mais diversos tipos de suporte e participação social.

Acerca da cooperação intergeracional em tempos pandêmicos, Caroá salienta que:

Há mais entendimento entre nós, nos entendemos bem. Antes da pandemia havia muita pressa, hoje se pensa mais antes de fazer, tem mais tempo pra conviver e dialogar. Eu mesmo, antes da pandemia, era muito opinioso, não aceitava ouvir minha filha. Com a pandemia passei a ouvir mais, a seguir mais os conselhos dela pra me prevenir melhor do vírus. (CAROÁ, 2020, informação verbal)

É necessário ressaltar que políticas neoliberais e suas contrarreformas têm impactado diretamente no mundo do trabalho, gerando desemprego estrutural, retirada de direitos trabalhistas e precarização das relações de trabalho. Tais transformações também se refletem nas famílias que, para além de sua heterogeneidade, também alteram as formas de relacionamento com os velhos(as), cuja importância, embora negada, tem sido cada vez mais presente nos cenários sociais.

Não é incomum que os velhos(as) sejam os responsáveis pelo provimento financeiro do domicílio, dado o cenário de instabilidade, enfatizado ainda mais pela pandemia. Recorrentemente, é o único na família que possui uma renda fixa advinda da aposentadoria, bem como em muitas realidades é o provedor de cuidados com os netos e netas, considerando o tempo livre e a necessidade de os pais trabalharem.

Adicionados a esse pano de fundo, apresentam-se os lares multigeracionais que, seja pela expansão da longevidade ou do prolongamento da estadia dos filhos ou seu retorno pós-divórcio à residência dos pais, têm possibilitado a coabitação de três e até quatro gerações, o que pode representar a oportunidade de coeducação e cooperação, mas também pode ser fonte de conflitos e violências, havendo dentre os sujeitos da pesquisa apenas uma velha que residia sozinha, já os demais residem com filhos(as) e netos(a)s.

A respeito do cuidado prestado por velhos, esta tem sido uma tendência na contemporaneidade. Conforme expresso por Camarano (2020a), 4,8 milhões de pessoas cuidam dentro ou fora do domicílio; destas, cerca de 66% são mulheres, 42,3% com idade superior a 60 anos e 31,7%, com mais de 65 anos, apontando para uma tendência de velhos(as) cuidadores das diversas gerações, inclusive de outros velhos(as).

Concernente a esse aspecto, Caroá aponta que:

Hoje minha mulher é portadora de Alzheimer, é como uma criança, precisa de ajuda pra tudo e tem cuidadora sete dias por semana, mas quem administra os cuidados, orienta tudo sou eu, porque minha filha trabalha e tem uma vida corrida. (CAROÁ, 2020, informação verbal)

Cardoso (2014) teoriza que os velhos possuem valioso papel nas famílias, pois compõem uma rede de apoio e cuidado que podem ser intensificados em momentos de crise, como o que o mundo tem vivenciado durante a pandemia, seja contribuindo para aliviar os efeitos negativos de desemprego ou redução de renda, seja como cuidados às gerações, tendo destaque as mulheres velhas que, frequentemente, também assumem cuidados com outras pessoas velhas e que não têm seu trabalho valorizado por ele ser considerado uma obrigação.

Nesse sentido, segundo o perfil traçado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, os velhos(as) estão presentes em 34,5% dos domicílios no Brasil. Ademais, 21,9% dos velhos(as) afirmam residir com pessoas que frequentam a escola (DIEESE, 2020), o que destaca aspectos como a tendência dos lares multigeracionais e o suporte social de cuidados prestados pela velhice às gerações mais novas, tais como crianças e adolescentes, para que adultos possam desempenhar atividades laborativas.

Conforme mencionado anteriormente, a contribuição dos velhos(as) também se refere à renda. No final do ano de 2019, 22,9% das pessoas velhas estavam trabalhando, representando 8,2% da população ocupada e nos domicílios brasileiros, em 24,9% das residências os(as) velhos(as) contribuem com mais da metade da renda domiciliar, seja a partir da aposentadoria, benefícios ou rendimento do trabalho (DIEESE, 2020).

Com a pandemia de COVID-19, os velhos e suas famílias tiveram impacto significativo em suas rendas. Dados da Fundação Oswaldo Cruz (2020) revelam que, durante a pandemia, 36% dos velhos que ainda trabalham tiveram redução ou suspensão de seus rendimentos. Esse número é ainda maior quando se trata de velhos(as) sem vínculo empregatício, ficando em “55%, considerando que 37% dos homens velhos e 49%

das mulheres velhas que trabalham não possuem esse vínculo” (FIOCRUZ, 2020). O percentual de velhos(as) em atividades essenciais durante a pandemia, tais como “saúde, segurança, transporte, dentre outros, é de 34% e a de mulheres é de 37%” (FIOCRUZ, 2020). A pesquisa ainda reflete que a pandemia ampliou a quantidade de domicílios que dependem da renda dos velhos(as) (FIOCRUZ, 2020).

Confirmando tal tendência, das quatro pessoas velhas entrevistadas, em relação à participação econômica em sua residência, um velho e uma velha afirmaram ser os(as) únicos(as) responsáveis pelas despesas domésticas; um longo informou ser o maior responsável por essas despesas e uma velha indicou dividir responsabilidades orçamentárias com os outros membros da família.

É consenso que a pandemia tem trazido diversos prejuízos manifestados em mortes, impactos na socialização, educação, saúde, emprego, renda, dentre outros. Seja pela necessidade do distanciamento social, das irrisórias políticas públicas voltadas para as consequências devastadoras do vírus, pelo enxugamento dos postos de trabalho, desemprego ou pelos óbitos, os impactos na economia se refletem nas desigualdades sociais e no cotidiano das famílias.

Contribuindo para essa discussão, o IPEA emitiu nota técnica acerca do impacto do óbito de pessoas velhas em virtude da COVID-19, especialmente dos velhos(a)s responsáveis pela manutenção financeira de suas famílias, uma vez que até julho do ano de 2020, 73,8% das mortes ocasionadas por coronavírus foram desse público (CAMARANO, 2020b).

Tendo como referência as reflexões trazidas por Camarano (2020b), os(as) velhos(as) têm desempenhado um importante papel social de provedores das famílias. A autora aponta para o fenômeno denominado “nem-nem”, observado entre pessoas de 15 a 29 anos e entre os homens de 50 a 59 anos que não estudam, não trabalham, não procuram recolocação no mercado de trabalho, não recebem benefício da seguridade social. Dentre esses, uma crescente parcela reside no domicílio de seus pais velhos, o que demonstra que apoios intergeracionais intrafamiliares têm se revelado como estratégias de sobrevivência.

Em contexto de pandemia, no qual é crescente o número de óbitos e de desemprego entre os velhos e suas famílias, o desemprego alcançou 12,6% até abril de 2020, taxa menor que a esperada devido à redução da taxa de participação, o que pode ser explicado por muitas pessoas terem ficado desempregadas durante a pandemia, mas resolveram não procurar emprego. Faz-se mister considerar que muitos(as) velhos(as) trabalham no mercado informal e que diante da necessidade de distanciamento social, por serem considerados grupos de risco, foram substituídos por trabalhadores mais jovens ou afastados de seus postos de trabalho (CAMARANO, 2020b).

O estudo realizado pelo IPEA simula a perda da renda do trabalho e da renda dos velhos(as) por óbito. Em caso da perda da renda do trabalho, há uma ampliação da dependência da família da seguridade social. Em caso de óbito dos velho(as), em média 30 milhões de pessoas de outras gerações teriam sua renda mensal reduzida caso não tivessem perda da renda de seus trabalhos. Já em residências que contam exclusivamente com a renda dos velhos(as), 18,1% dos domicílios brasileiros, a morte dessas pessoas acarretaria cerca de 5 milhões de pessoas sem nenhuma renda (CAMARANO, 2020b). Destarte, pode-se perceber o impacto dos óbitos dos velhos(as) na economia e na manutenção das famílias, contradizendo os estigmas de improdutividade e fardo social da velhice.

A contribuição dos velhos(as) não se dá apenas em aspectos como suporte social de cuidados ou renda, mas também na adaptação aos tempos de pandemia e às medidas necessárias para dirimi-la. Acerca da temática, Monteiro (2020) sinaliza que os velhos vivenciaram com mais intensidade momentos de isolamento social, interrupção de planos e rotinas, excesso de tempo livre, redução da socialização e das trocas afetivas como a aposentadoria e, dessa forma, podem contribuir para as demais gerações compreenderem e lidarem com o distanciamento social, partindo do pressuposto que este se caracteriza como um momento de reflexão sobre o que é essencial, o autocuidado e a reconstrução de planos e prioridades.

Para além de consequências nos aspectos financeiros, a morte em larga escala dos velhos durante a pandemia de COVID-19 impacta a sociedade e as demais gerações em aspectos biopsicossociais, culturais e políticos. Os óbitos dos velhos impactam na

transmissão cultural de tradições, receitas, histórias familiares, educação para o envelhecimento, participação política, transmissão de saberes e reduzem as oportunidades de convívio e trocas intergeracionais.

Ademais, a pandemia e os óbitos mais presentes entre os velhos possibilitam refletir sobre como se quer envelhecer, como a sociedade trata os velhos(as), quais são as contribuições da velhice, como a perda dos velhos(as) impacta de forma negativa a sociedade, dentre outras questões férteis para se vislumbrar a construção de uma gerontocultura ao longo do curso de vida e de fortalecimento de sociabilidades intergeracionais.

3.2 Pandemia, relações intergeracionais e conflitos

Em relação à questão do cuidado, a pandemia ampliou essa necessidade voltada aos velhos. De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (CAMARANO, 2020a), o número de velhos demandantes de cuidados na atualidade é em média de 2,7 milhões de pessoas, dos quais a maioria, 1,8 milhão, é de mulheres. No que se refere aos velhos que necessitam de atenção, porém não recebem cuidados, esses representam 20%, sendo as mulheres também a maioria nessa condição, de 300,4 a 508,6 mil.

O referido documento destaca que a demanda por cuidados cresce proporcionalmente à idade e é mais intensa entre as pessoas acima de 80 anos, grupo populacional que mais cresce em nosso país, e nas áreas mais pobres e menos escolarizadas, que possuem maiores dificuldades em acessar fontes e estratégias de cuidado (CAMARANO, 2020a). Lembrando que tais dados se referem a período anterior à pandemia, o que sinaliza que no período pandêmico essa realidade tem se aprofundado em número e gravidade de demandas.

Com o advento da Pandemia de COVID-19, foi perguntado aos interlocutores como se davam as relações familiares antes da Pandemia, chegando às seguintes respostas: Cacto diz que “não havia muita cobrança antes [da doença] com questões de higiene, era bem menos cobranças”, já Caroá disse que “havia muita pressa [em relação ao cotidiano], hoje se pensa antes de fazer” e Bromélia ressalta que “era tranquila, assim como é agora [referente ao momento pandêmico]” (CACTO, 2020, informação verbal).

As falas em destaque revelam como os cuidados com os familiares tiveram que ser readaptados, a partir dos quais se percebeu que o uso de materiais de higiene deveria ser mais recorrente, que tiveram que ter mais calma nos processos de resolutividade em razão do novo contexto. A fala da interlocutora Bromélia difere das demais, já que ela não destaca mudanças em sua rotina. A partir disso, ratifica-se que as experiências e vivências familiares são diversas em cada família.

Diante do cenário apresentado, é possível constatar que as pessoas estão conseguindo viver mais tempo e tendo que lidar com muitas mudanças fisiológicas e psicológicas, que por vezes requerem uma maior atenção e cuidado. Diante desse contexto, a família continua sendo uma rede de suporte presente nos processos de cuidado.

Segundo Rodrigues (2013), as formas de cuidar e lidar com os processos de adoecimento se dão diferentemente em cada cultura. O cuidado é regido por princípios culturais, influenciado por crenças sociais, espirituais e valorativas, que são características de cada família, sendo repassadas de geração em geração pelas simbologias, práticas, rituais e presença da linguagem.

Quando indagados como se deram as relações durante a pandemia, as seguintes observações foram feitas pelos familiares: o integrante da família de Cacto disse que “no início foi difícil por causa das questões com a limpeza e higiene”, já o familiar de Bromélia relata que “foi tranquila, ajudei meus pais, dois idosos, com toda assistência necessária” (CACTO, 2020, informação verbal).

Diante das alocações dos familiares, infere-se uma dualidade no que tange ao processo de cuidar durante o isolamento social. Na primeira fala há um discurso de dificuldade referente ao cuidado e na segunda tem-se uma fala de tranquilidade. Assim, observa-se que, com a chegada da pandemia, a representação familiar também foi atingida com a ausência de orientações acerca de como realizar o cuidado em meio a uma crise sanitária, na qual os familiares foram pegos de surpresa e tiveram que buscar novas estratégias de enfrentamento no cuidado com os velhos(as), visto que jornais e revistas

colocaram os velhos(as) como um dos grupos que corria mais risco durante o período pandêmico.

Neste sentido, faz-se necessário pontuar que o isolamento social já se constituía no cenário do envelhecimento mesmo antes da crise pandêmica vivenciada pelo mundo. No tocante à literatura sobre isolamento social, essa categoria ganha destaque como um fenômeno que se apresentava como um problema de saúde.

O isolamento social pode ser compreendido como um estado no qual os indivíduos experimentam cada vez menos o envolvimento social e interação com outras pessoas. Tais modificações interferem na qualidade de vida dessas pessoas pela ausência ou por poucas relações sociais vivenciadas e desenvolvidas (BEZERRA; NUNES; MOURA, 2021).

Conforme a análise da pesquisa realizada pelos autores supracitados, desvelaram-se algumas consequências do isolamento social que interferem na vida dos velhos(as), tais como: maior risco por problema de saúde, redução do bem-estar, aumento da mortalidade, comprometimento na saúde mental, ampliação dos riscos para ansiedade e depressão, piora na qualidade do sono e sensação de vida insatisfatória. Diante desse contexto, percebe-se uma identificação do isolamento social com a escassez de relações humanas e contatos com pessoas, quer sejam familiares ou amigos. Com a insuficiência de apoio social e rede social reduzida, a família acaba sendo um dos principais administradores da vida social dos velhos(as).

De acordo com Queiroz (2010), para a família, o gerenciamento do cuidado pode suscitar ações e demandas econômicas, físicas e afetivas. Por essa razão, quando os(as) velhos(as) demandam maior atenção, faz-se necessário definir a pessoa que vai cuidar e distribuir as tarefas e despesas entre os membros com o objetivo de amenizar a sobrecarga.

Para além do cuidado familiar, existe também o aparato normativo que viabiliza a garantia de direitos de velhos(as), em que cabe destacar os marcos legais de garantia dos direitos da velhice, tais como a Política Nacional do Idoso (1994) e o Estatuto da Pessoa Idosa (2003), os quais estabelecem que a obrigação de prestar cuidados a essa parcela da

população é da família, da comunidade, da sociedade e do Estado, o que pressupõe o cuidado como interação intergeracional.

Ainda conforme dados do IPEA (CAMARANO, 2020a), no Brasil, as regulamentações presentes nas legislações são operacionalizadas nas heterogêneas realidades das famílias brasileiras, que ainda são a principal fonte de cuidado dos velhos frágeis. Cerca de 90% dos homens que necessitam de cuidados os recebem de suas famílias, já as mulheres nessa situação estão em torno de 85%. O que remete que o cuidado tem perspectiva de gênero e intergeracional, visto que as mulheres são as maiores demandantes de cuidado e as que menos os recebem, mas são as principais cuidadoras.

Tendo como ponto de partida o fomento de programas, projetos e criação de políticas públicas que garantam o cuidado como previsto nas legislações, destaca-se a ausência nas falas dos(as) velhos(as) entrevistados(as) de ações propositivas do Estado destinadas aos velhos(as) durante a pandemia, não sendo levado em consideração durante este momento a necessidade do suporte social, do cuidado em saúde mental e da ocupação do tempo livre.

Nesse sentido, em decorrência da ausência de ações, da necessidade do distanciamento social e de cuidar da saúde mental dos velhos(as), os mesmos tiveram que se reinventar durante a período pandêmico, como destaca Cacto: “é muito ruim ficar em casa e não poder ver os amigos e jogar cartas, por exemplo, não poder viajar e ver meus filhos e netos” (Cacto, 2020, informação verbal). Carnaúba aponta que: “Tô fazendo rede, pra se entreter, mas eu chorava tanto, decidi não perguntar quem tinha morrido pra evitar [saber da morte]” (CARNAÚBA, 2020, informação verbal).

Ademais, o cuidado, trabalho essencial para a sociedade, é, por muitas vezes, invisível, insatisfatório e/ou não remunerado, exaustivo e contribui para o aprofundamento das desigualdades de gênero e sociais, bem como para o adoecimento de mulheres, que são a maioria a exercer tal função.

De acordo com dados da OXFAM (2020), são dedicadas 12,5 bilhões de horas diárias de trabalho feminino mal ou não pago aos cuidados, sendo necessário o

investimento em sistemas nacionais de cuidados para equacionar a desigualdade de gênero presente no exercício dessas funções. Mulheres e meninas, destacando-se aqui as condições de classe e raça, estão imersas nesse trabalho não valorizado, entretanto essencial para a sociedade e para a economia, incluindo o cuidado com crianças, velhos(as), pessoas com deficiência, trabalhos domésticos, sem os quais seria inviável a sociedade como pensada e vivida na atualidade.

As mulheres representam mais de três quartos do cuidado não remunerado e de dois terços das trabalhadoras remuneradas nessa área, realidade que contribui para manter e intensificar as desigualdades de gênero, visto que a responsabilidade exclusiva com os cuidados impede o investimento em outras esferas da vida, tais como estudos e trabalho. Em todo o mundo, 42% das mulheres estão fora do mercado de trabalho em virtude dos cuidados que desempenham (OXFAM, 2020). Tal realidade repercute na saúde física e mental, com danos causados pela sobrecarga e ausência de descanso, bem como na impossibilidade de acesso à aposentadoria por essas mulheres.

A esse respeito, o IPEA (CAMARANO, 2020a) aponta que 88,8% dos homens e 80,2% das mulheres recebiam cuidados de familiares e que o Brasil contaria com cerca de 4 milhões de cuidadores não remunerados. Diante desse cenário, algumas reflexões emergem, como a necessidade de o cuidado ser visto como uma política pública continuada ao longo do curso de vida; o olhar atento para a perspectiva intergeracional e de gênero nas formas de cuidado; pessoas velhas não se configuram como apenas receptoras de cuidado, mas também como prestadoras.

Segundo Henning (2020), no contexto pandêmico, velhas e velhos ficam mais vulneráveis e, com isso, a pandemia se tornou um sítio de intensificação de diferenças e de desigualdades estruturais no Brasil. Dentre elas, o autor sinaliza a letargia nas ações relativas ao fortalecimento do SUS, a lentidão na liberação do auxílio econômico federal a necessitados(as), o aumento dos feminicídios e da violência doméstica contra velhos e velhas, a negligência do governo federal em relação a favelas, periferias, comunidades quilombolas e indígenas do país que são hipervisíveis e impossíveis de ignorar.

Nesse contexto, faz-se necessário pontuar que, além da vulnerabilidade enfrentada pelos velhos e velhas em razão da situação socioeconômica, tais sujeitos também são alvos de abandono familiar, de isolamento – que já era uma realidade antes da pandemia – e de múltiplas violências. Ao conversar acerca dos desafios encontrados sobre o cuidado que as famílias tiveram que enfrentar nesse período, não se observou de forma direta se houve algum tipo de violação com os(as) entrevistados(as), mas notou-se que tiveram provocações e dificuldades ao lidar com o cuidado; na fala do familiar do Cacto, foi dito que “[o processo de cuidado] foi considerado estressante, tive que ter calma, respirar fundo na maioria das vezes” (Cacto, 2020, informação verbal).

De acordo com o Conselho Nacional de Saúde (CNS), negligência, violência psicológica, abuso financeiro e econômico estão entre os tipos de violência mais praticados contra as pessoas idosas no Brasil. Com a pandemia, as denúncias aumentaram. Ainda segundo o Conselho, dados da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, oriundos do Disque 100, apontam que em março de 2020 foram registradas 3 mil denúncias, em abril esse índice passou para 8 mil e, em maio, foi para quase 17 mil. Segundo o jornal G1, em matéria publicada em outubro de 2020, o número de denúncias de violência e de maus-tratos contra os(as) velhos(as) ascendeu 59% no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus. Entre março e junho de 2020, foram 25.533 revelações de denúncias, comparando com o ano de 2019, neste mesmo período, foram realizadas 16.039 (CRESCER..., 2020).

Pensar na realidade brasileira leva à reflexão de que, além da presença da violência contra velhos(as), é imprescindível um olhar ampliado sobre as condições de vida em que as velhices são desencadeadas, em que a solidão também é pautada há muitos anos nas discussões de luta pela garantia de direitos na velhice e que até os dias atuais ainda não se observam de forma concreta estratégias de prevenção e enfrentamento a essa questão.

A entrevistada Carnaúba, que reside sozinha e tem ajuda de familiares para atividades externas, relatou que “coloquei uma escada no pé do muro, pra me atrepar, pra ver lá fora, por que eu não podia ir pra rua” (CARNAÚBA, 2020, informação verbal). Essa fala anuncia uma situação grave de isolamento e solidão; nesse sentido, este estudo

tenciona argumentos que denotam a urgência e necessidade de ações que pautem a efetivação da garantia dos direitos dos velhos(as), visto que foram manifestados como nunca no período de isolamento social.

4 Considerações finais

A pandemia de COVID-19 ampliou o olhar destinado à velhice, visto esta ser concebida como grupo de risco; entretanto, tal consideração não contribuiu para uma maior valorização e cuidado com esse segmento. Conforme apontado durante este escrito, a violência contra os(as) velhos(as) cresceu vertiginosamente acompanhada por outras questões preocupantes no que se refere à garantia de direitos da velhice brasileira, como a solidão, o idadismo, a insuficiência de políticas públicas, a ausência de cuidados e de suporte a cuidadores(as), dentre outros aspectos.

As relações intergeracionais são fontes de aprendizado e construção de conhecimentos para todas as gerações envolvidas. Seus benefícios passam por estímulo ao diálogo e ao respeito, transmissão de tradições, prevenção aos preconceitos etários, preparação das gerações para o envelhecimento, ressignificação da identidade social, prevenção à solidão, além de se configurar como um direito no que tange à convivência familiar e comunitária.

Dessa forma, a pandemia de COVID-19 e o necessário distanciamento social por ela requerido ampliaram o tempo de convivência entre as gerações, o que poderia ter significado a oportunidade de criar laços intergeracionais mais sólidos, de adquirir novos conhecimentos seja no que se refere a novas tecnologias ou sobre as tradições culturais e familiares, bem como de construir vivências e aprendizados em conjunto. Entretanto, a realidade – exposta pelas dificuldades socioeconômicas, a ausência de políticas públicas e de dados acerca de violência e idadismo – aponta para uma direção oposta.

Ademais, convém destacar que o apoio do Estado não apareceu em nenhuma das falas, sendo indicada a família como fonte de suporte pelos(as) participantes. Assim, torna-se reflexivo que o cuidado exclusivo familiar revela a insuficiência de políticas de

cuidado que garantam o apoio às famílias nessa função, além da inexistência de políticas públicas adaptadas às necessidades e potencialidades das múltiplas velhices e famílias.

Em nosso aparato legal, a responsabilidade com os cuidados à velhice é prevista como papel da família, da sociedade e do Estado; entretanto, o que se observa é que a família tem assumido majoritariamente o protagonismo dessa questão, o que impõe a necessidade de o Estado brasileiro cumprir seu papel na responsabilidade com o cuidado às múltiplas velhices.

O presente artigo evidenciou a necessidade de estudos nacionais e internacionais que abordem especificamente sobre o cuidado e as relações intergeracionais dos(as) velhos(as) durante o período de isolamento social em decorrência da pandemia de COVID-19, haja vista a importância de tais relações para o reconhecimento e construção de velhices dignas.

5 Referências

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BEZERRA, P. A.; NUNES, J. W.; MOURA, L. B. Envelhecimento e isolamento social: uma revisão integrativa. **Acta Paul Enferm.**, Brasília, v. 34, eAPE02661, 2021. Disponível em: <https://acta-ape.org/article/envelhecimento-e-isolamento-social-uma-revisao-integrativa/>. Acesso em: 30 agosto 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é coronavírus? (COVID-19)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil chega à marca de 700 mortes por Covid-19**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL ultrapassa 100 mil óbitos por COVID-19: idosos são 75% das vítimas. **Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://sbgg.org.br/brasil-ultrapassa-100-mil-obitos-por-covid-19-idosos-sao-75-das-vitimas/>. Acesso em: 06 fev. 2021.

CAMARANO, A. A. **Cuidados para a população idosa e seus cuidadores: demandas e alternativas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2020a. (Nota Técnica, n. 64)

CAMARANO, A. A. **Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres?** Rio de Janeiro: Ipea, 2020b. (Nota Técnica, n. 81)

CARDOSO, A. **Livro branco sobre a solidariedade entre as gerações e envelhecimento ativo**. Lisboa: CESIS, 2014.

CRESCER 59% o número de denúncias de violência contra o idoso no Brasil durante a pandemia da Covid-19. **G1**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/29/cresce-59percent-o-numero-de-denuncias-de-violencia-contr-o-idoso-no-brasil-durante-a-pandemia-da-covid-19.ghtml>. Acesso em: 06 fev. 2021.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Quem são os idosos brasileiros**. São Paulo: DIEESE, 2020. (Boletim Especial, n.01).

FERRIGNO, J. C. **Conflito e cooperação entre gerações**. São Paulo: Edições Sesc, 2013.

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. **ConVid: pesquisa de comportamentos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: https://convid.fiocruz.br/index.php?pag=cuidado_idosos. Acesso em: 18 ago. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HENNING, C. E. Nem no mesmo barco nem nos mesmos mares: gerontocídios, práticas necropolíticas de governo e discurso sobre velhices na pandemia da COVID-19. **Cadernos de Campo**, [São Paulo]: PPGAS/USP, v. 20, n. 1, p. 150-155, 2020.

MONTEIRO, E. C. **A contribuição da velhice para o ajuste ao isolamento social.** São Paulo: Portal do Envelhecimento, 2020. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/a-contribuicao-da-velhice-para-o-ajuste-ao-isolamento-social/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Thatiany. Covid-19: óbitos de idosos deixam efeitos sociais nas demais gerações. **Diário do Nordeste**, [Fortaleza], 3 jul. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/covid-19-obitos-de-idosos-deixam-efeitos-sociais-nas-demaiss-geracoes-1.2962472>. Acesso em: 08 fev. 2021.

NOGUEIRA, I. R. R; BATISTA, A. C. **Intergeracionalidade: prevenção ao idadismo e construção de uma sociedade para todas as idades.** Brasília: SESC/DF, 2022.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever.** Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

QUEIROZ, N. C. Aspectos do conhecimento psicogerontológico para a atenção à família, ao cuidador e às instituições de idosos fragilizados. In: FALCÃO, D. V. S. (org.). **A família e o idoso: desafios da contemporaneidade.** Campinas: Papyrus, 2010. p. 111-128.

RODRIGUES, J. P. V. **Os avós na família e sociedade contemporâneas: uma abordagem intergeracional e intercultural.** 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) – Especialidade Psicologia Intercultural, Universidade Aberta, Lisboa, 2013.

OXFAM. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade.** São Paulo: OXFAM Brasil, 2020.

Contribuições de autoria

Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira: conceituação; escrita – rascunho original; escrita – análise e edição.

Silvio Rodrigo Alves Ferreira: conceituação; escrita – rascunho original; escrita – análise e edição.

Kelly Maria Gomes Menezes: supervisão; escrita – análise e edição.

Desafios da intergeracionalidade em tempos de pandemia: conflitos, cooperação e (re)construção de sociabilidades

Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira, Silvio Rodrigo Alves Ferreira, Kelly Maria Gomes Menezes

Recebido em: 18/08/2022

Aprovado em: 13/04/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

PerCursos

Volume 24 - Ano 2023

revistapercursos.faed@udesc.br